



ESTADO DO AMAZONAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS

LEI Nº 147/95-PGPMP.

CRIA O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊN  
CIA SOCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊN  
CIAS.

O cidadão Osvaldo José Pessoa Ferreira, PREFEITO MU  
NICIPAL DE PARINTINS, em exercício, no uso de suas atribuições  
legais, etc.

FAZ saber que a CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS, em  
sessão extraordinária realizada dia 19 de dezembro de 1995, APRO  
VOU e eu SANCIONO, a seguinte:

L E I

Art. 1º - Fica criado o Fundo Municipal de Assistên  
cia Social - FMAS, instrumento de captação e aplicação de recur  
sos e meios para o financiamento das ações na área de assistência  
social.

Art. 2º - Constituirão receitas do Fundo Munici  
pal de Assistência Social - FMAS;

I - recursos provenientes da transferência dos Fun  
dos Nacional e Estadual de Assistência Social;

II - dotação orçamentárias do Município e recursos  
adicionais que a lei estabelecer no transcorrer de cada exercí  
cio;

III - dotações, auxílios, contribuições, subvenções e  
transferências de entidades nacionais e internacionais, organiza  
ções governamentais e não-governamentais;

IV - receitas de aplicações financeiras de recursos  
do Fundo, realizadas na forma da lei;

V - as parcelas do produto de arrecadação de outras  
receitas próprias oriundas de financiamentos das atividades eco  
nômicas, de prestação de serviços e de outras transferências que  
o Fundo Municipal de Assistência Social terá direito a receber





ESTADO DO AMAZONAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS

.2.

por força da lei e de convênios no setor;

VI - produto de convênios firmados com outras entidades financiadoras.

VII - doações em espécies feitas diretamente ao Fundo;

VIII - outras receitas que venham a ser legalmente instituídas.

§ 1º - A dotação orçamentária prevista para o órgão executor da Administração Pública Municipal, responsável pela Assistência Social, será automaticamente transferida para a conta do Fundo Municipal de Assistência Social, tão logo sejam realizadas as receitas correspondentes.

§ 2º - Os recursos que compõe o Fundo serão depositados em instituições financeiras oficiais, em conta especial sob a denominação - Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS.

Art. 3º - O FMAS será gerido pela Secretária Municipal de Assistência Social sob orientação e controle do Conselho Municipal de Assistência Social.

§ 1º - A proposta orçamentária do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS - constará do Plano Diretor do Município.

§ 2º - O orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS integrará o orçamento da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 4º - Os recursos do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS, serão aplicados em:

I - financiamento total ou parcial de programas, projetos e serviços de Assistência Social desenvolvidas pelo órgão da Administração Pública Municipal responsável pela execução da Política de Assistência Social ou por órgão conveniados;

II - pagamento pela prestação de serviços a entidades conveniadas de direito público e privado para execução de programas e projetos específicos do setor de assistência social;

III - aquisição de material permanente e de consumo e de outros insumos necessários ao desenvolvimento dos programas;





ESTADO DO AMAZONAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS

.3.

IV - construção, reforma, ampliação, aquisição ou locação de imóveis para prestação de serviços de assistência social;

V - desenvolvimento e aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão, planejamento, administração e controle das ações de assistência social;

VI - desenvolvimento de programas de capacitação e aperfeiçoamento de recursos humanos na área de assistência social;

VII - pagamento dos benefícios eventuais, conforme o disposto no inciso I do Art. 15 da Lei Orgânica da Assistência Social;

Art. 5º - O repasse de recursos para as entidades e organizações de assistência social, devidamente registradas no CNAS, será efetuado por intermédio do FMAS, de acordo com critérios estabelecidos pelo Conselho Municipal de Assistência Social.

Parágrafo Único - As transferências de recursos para organizações governamentais e não governamentais de Assistência Social se processarão mediante convênios, contratos, acordos, ajustes e/ou similares, obedecendo a legislação vigente sobre a matéria e de conformidade com os programas, projetos e serviços aprovados pelo Conselho Municipal de Assistência Social.

Art. 6º - As contas e os relatórios do gesto do Fundo Municipal de Assistência Social serão submetidos à apreciação do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, mensalmente, de forma sintética e, anualmente, de forma analítica.

Art. 7º - Para atender as despesas decorrentes da implantação da presente Lei fica o Poder Executivo autorizado a abrir, no presente exercício, Crédito Adicional Especial até o valor de R\$ 50.000,00 (CINQUENTA MIL REAIS), obedecidas as prescrições contidas nos incisos I e IV, do parágrafo 1º do artigo 43 da Lei Federal nº 4320/64.

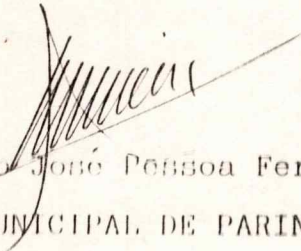


ESTADO DO AMAZONAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS

.4.

Art. 8º - Esta Lei entra em vigor na data de sua pu  
blicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO CORDOVIL, em 21 de dezembro de 1995.

  
Dr. Osvaldo José Pessoa Ferreira  
PREFEITO MUNICIPAL DE PARINTINS  
EM EXERCÍCIO